



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
**FACULDADE DE ECONOMIA**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**CAMILA SILVA DOS SANTOS**

**A IMPLEMENTAÇÃO DO PISO SALARIAL DOS DOCENTES E SEUS REFLEXOS  
NO IDEB DO ENSINO FUNDAMENTAL PÚBLICO DA BAHIA**

**SALVADOR**

**2016**

**CAMILA SILVA DOS SANTOS**

**A IMPLEMENTAÇÃO DO PISO SALARIAL DOS DOCENTES E SEUS REFLEXOS NO  
IDEB DO ENSINO FUNDAMENTAL PÚBLICO DA BAHIA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Graduação em Ciências Econômicas da Faculdade de Economia da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial á obtenção do grau de bacharel em ciências Econômicas.

Área de concentração: Economia da educação

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Claudia Sá Malbouisson Andrade

**SALVADOR**

**2016**

Ficha catalográfica elaborada por Vânia Cristina Magalhães CRB 5- 960

Santos, Camila Silva dos

S237 A implementação do piso salarial dos docentes e seus reflexos no IDEB do ensino fundamental público da Bahia./ Camila Silva dos Santos. – Salvador, 2015.

55f. Il.; quad.; graf.; tab.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) – Faculdade de Economia, Universidade Federal da Bahia, 2015.

Orientadora: Profa. Dra. Claudia Sá Malbouisson Andrade.

1. Economia da educação. 2. Ensino fundamental. 3. Salário – Professor – Educação pública. I. Andrade, Claudia Sá Malbouisson. II. Título. III. Universidade Federal da Bahia.

CDD – 379.2098142

**CAMILA SILVA DOS SANTOS**

**A IMPLEMENTAÇÃO DO PISO SALARIAL DOS DOCENTES E SEUS REFLEXOS NO  
IDEB DO ENSINO FUNDAMENTAL PÚBLICO DA BAHIA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Graduação em Ciências Econômicas da Faculdade de Economia da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial á obtenção do grau de bacharel em ciências Econômicas.

Aprovada em 03 de junho de 2016.

Banca examinadora

Orientador:

\_\_\_\_\_  
Profª. Drª. Claudia Sá Malbouisson Andrade  
Faculdade de Ciências Econômicas da UFBA

\_\_\_\_\_  
Profª. Drª. Gisele Ferreira Tiryaki  
Faculdade de Ciências Econômicas da UFBA

\_\_\_\_\_  
Verônica Ferreira Silva dos Santos  
Mestre em Economia  
Faculdade de Ciências Econômicas da UFBA

## **AGRADECIMENTOS**

O primeiro agradecimento é para os meus pais por terem proporcionado todo o suporte necessário para a minha realização do curso, pela paciência e compreensão nos últimos meses que antecederam ao término desse projeto.

A minha orientadora, prof<sup>o</sup> Claudia, pela paciência e sugestões para o desenvolvimento do conteúdo do trabalho. Além do conhecimento que tive oportunidade de aprender no seu grupo de pesquisa. Muito Obrigado! A Verônica e Pierre pela ajuda com o banco de dados para a elaboração da monografia.

Ao prof<sup>o</sup> Lielson, pela ajuda na decisão da escolha do tema da monografia com sugestões de assuntos que poderiam ser prováveis para a elaboração da temática.

A todos os meus amigos que conheci ao longo do curso e estão na minha rede social.

## RESUMO

A educação é um dos fatores essenciais para o desenvolvimento social e econômico da sociedade e dos indivíduos devido a suas externalidades e retornos privados gerados. Sob essa perspectiva, a qualidade da educação, além da extensão no atendimento, é fundamental para a formação de cidadãos e inserção dos indivíduos no mercado de trabalho. Um dos elementos que influenciam a qualidade da educação é certamente a participação dos professores no processo educativo. Nesse sentido, a política salarial de implementação do piso salarial dos professores da educação básica constitui-se em uma forma de valorização do magistério, apesar dos aumentos nos últimos anos ainda não conseguir equiparar a remuneração com a de outros profissionais. Na literatura diversos estudos tem buscado identificar o impacto do salário dos professores na proficiência dos alunos, diante da importância desses profissionais para o processo de aprendizagem. O objetivo deste trabalho é analisar o impacto do Piso Salarial sobre a qualidade da educação básica nos anos finais nos 417 municípios baianos entre os anos de 2007 e 2011. Para tanto aplicou-se o método de dados em painel. Os resultados da estimação indicaram que o piso salarial contribuir para a elevação do indicador em 0,069, que pode estar associado a ausência de outras variáveis que retire o impacto do piso, tornando-o menos significativo.

Palavra-chave: Economia da educação. Piso salarial. IDEB.

## **ABSTRACT**

Education is an essential factor for social and economic development of society and individuals due to its externalities and private returns generated. From this perspective, the quality of education, beyond the scope of the service, it is essential for the formation of citizens and inclusion of individuals in the labor market. One of the elements that influence the quality of education is certainly the participation of teachers in the educational process. In this sense, the wage policy of implementation of the minimum wage of basic education teachers is in a form of appreciation of teaching, despite increases in recent years are still unable to match the compensation with other professionals. In the literature several studies have sought to identify the impact of the salary of teachers in student proficiency, given the importance of these professionals to the learning process. The objective of this study is to analyze the impact of the Salary Floor on the quality of basic education in the finals in the 417 municipalities in Bahia between 2007 and 2011. Therefore it applied the panel data method. The estimation results indicate that the minimum wage contribute to the indicator increased in 0.069, which may be associated with the absence of other variables to remove the impact of the floor, making it less significant.

**Keyword:** Economics of education. Minimum wage. IDEB.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1	Os principais programas e ações desenvolvidos pelo MEC	18
Quadro 2	Programas educacionais- Bahia-2011	22
Gráfico 1	Índice de desenvolvimento da educação básica (IDEB) Brasil	26
Gráfico 2	Brasil- evolução do piso salarial dos docentes da educação básica	29
Quadro 3	Salários do magistério público da educação básica	29
Gráfico 3	Matricula no Ensino Fundamental por dependência administrativa – Bahia	35
Quadro 4	Numero de ingressantes e concluintes da área de educação	32
Gráfico 4	Evolução da Matricula no ensino fundamental 8º serie/9º ano- Bahia	35
Gráfico 5	IDEB do ensino fundamental público da Bahia	37
Figura 1	Teste de Hausman	48



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Professores da educação básica por nível de escolaridade	31
Tabela 2	Perfil dos docentes dos anos finais do ensino fundamental- 2014	36
Tabela 3	Piso Salarial e IDEB do Estado da Bahia por ano-2007, 2009 e 2011	40
Tabela 4	Variáveis do IDEB e Tamanho médio da turma da Bahia	41
Tabela 5	Frequência de variáveis selecionadas por ano e categoria de seleção	42
Tabela 6	PIB per capita médio dos municípios baianos	42
Tabela 7	IFDM Saúde e Educação	43
Tabela 8	Descrição das variáveis	45
Tabela 9	Resultado das estimações	47

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>9</b>
<b>2</b>	<b>EDUCAÇÃO E POLITICAS EDUCACIONAIS</b>	<b>13</b>
2.1	POLITICAS E PROGRAMAS EDUCACIONAIS RECENTES	16
2.2	IDEB	22
2.3	PISO SALARIAL DOS DOCENTES	27
<b>2.3.1</b>	<b>PERFIL DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA</b>	<b>31</b>
<b>3</b>	<b>EVOLUÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL PÚBLICO DA BAHIA</b>	<b>34</b>
3.1	INDICADORES EDUCACIONAIS	36
<b>4</b>	<b>METODOLOGIA, DADOS E RESULTADOS</b>	<b>40</b>
4.1	DESCRIÇÃO DOS DADOS	40
4.2	MÉTODO DE INVESTIGAÇÃO	43
4.3	MODELO ECONOMETRICO	44
4.4	RESULTADOS	46
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>50</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>52</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A educação constitui-se em uma das áreas mais importantes para promover o desenvolvimento econômico e social de um país, com a elevação da produtividade do trabalhador, da renda e melhor acesso à saúde. Esses retornos gerados pela educação constituíram no fator responsável pelo surgimento da disciplina economia da educação, a partir dos autores: Gary Becker, Jacob Mincer e Theodore W. Schultz. A área se forma e se consolida principalmente a partir da teoria do capital humano em que a educação é formada como elemento fundamental para gerar ganhos privados.

Para promover o acesso e garantir a qualidade dos serviços educacionais à população são implementadas políticas públicas. No Brasil um dos temas centrais das ações e programas educacionais criados é a qualidade da educação, com a criação de indicadores de qualidade que apresentam a realidade do sistema de ensino.

O primeiro mecanismo utilizado para monitorar e diagnosticar a qualidade da educação brasileira ofertada ocorreu com a criação do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) em 1990, sendo composta por um conjunto de avaliações externas, de caráter amostral. Em 2007 foi criado o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), que apresenta como característica principal a constituição de metas para o Brasil, Estados e os municípios.

O IDEB é o principal indicador de qualidade da educação básica que combina informações de desempenho em exames padronizados (Prova Brasil e SAEB) e rendimento escolar (aprovação), sendo os resultados divulgados a cada dois anos desde 2007. O objetivo ao criar o IDEB foi poder apresentar a diversidade dos sistemas educacionais que não eram comportados pelo SAEB. Seus resultados são utilizados para a elaboração de políticas públicas educacionais e análise das políticas vigentes.

Fernandes e Gremaud (2009) em seus estudos apresentam o indicador de qualidade o IDEB como inserido em uma política de *accountability*, que consiste em responsabilizar a escola, os professores, diretores e gestores pelo desempenho dos estudantes em

exames padronizados. Essa política incentiva que todos se comprometam a alcançar as metas estabelecidas. O risco associado a esse tipo de política refere-se às escolas visando melhorar seus resultados no indicador priorizem o ensino do conteúdo cobrado nas avaliações externas.

A elevação do IDEB tende a demonstrar que a educação ofertada está à qualidade. No ensino fundamental em âmbito nacional o indicador tem apresentado um melhor desempenho nos anos iniciais em relação aos anos finais, cenário este que se repete no estado da Bahia. Atualmente, o ensino fundamental é composto de nove anos no Brasil, sendo público alvo crianças e adolescentes de 6 a 14 anos e, compreende do 1º ao 9º ano. A lei nº11.274/2006 instituiu o ensino fundamental de 9 anos, ampliando o público alvo que passou a ser a partir de crianças de 6 anos de idade que antes era atendida na educação infantil.

Os resultados do indicador são reflexos da qualidade da educação que tem como principais fatores constituintes a infraestrutura escolar (capital físico e humano), background familiar e o ambiente social. Para Menezes-filho e Farias (2009), as escolas mais caras possuem alunos com melhores desempenhos nos exames padronizados, por possuírem melhor estrutura física e recursos humanos, além de terem muito provavelmente pais com maiores nível escolaridade e renda.

Na literatura econômica, os professores constituem em um dos fatores escolares que impactam no desempenho dos estudantes, por transmitir o conhecimento e promover o desenvolvimento cognitivo, sendo essencial na formação dos futuros profissionais. A carreira no magistério enfrenta diversos obstáculos que a tornam não atrativa em relação a outras profissões devidas principalmente ao salário, além do desgaste físico provocado pelo excesso de jornada de trabalho que pode resultar em menor dedicação e desempenho destes, além das faltas associadas.

Para Tavares, Camelo e Kasmirski (2009) as faltas podem comprometer o desempenho dos estudantes apesar de não haver outros estudos que busquem inferir essa relação, sendo os principais contribuintes para ocorrência desse fato a estabilidade docente e a falta de comprometimento com a escola.

O salário pode ser um dos motivos que estimulem a inserção de jovens na carreira de docente, permanência e captação de bons professores. Por essa razão, é possível alcançar uma educação de qualidade com a valorização dos professores, através de uma política de planos de carreira que buscasse melhores salários, melhora da jornada de trabalho e da carreira. O governo objetivando valorizar esses profissionais instituiu o piso salarial nacional, através da lei 11.738/2008.

A lei 11.738, sancionada em julho de 2008, estabeleceu o valor do piso salarial nacional dos profissionais do magistério público da educação básica, que desempenham atividade de docência ou direção, inspeção, supervisão, orientação e coordenação educacionais nas escolas nas diversas etapas e modalidades. A lei também estabeleceu a composição da jornada de trabalho em 2/3 das horas devem ser feito de exercícios em atividades de interação entre professores e alunos, 1/3 das horas restantes em atividades extraclases.

Diante destas considerações, esta monografia tem o seguinte problema de pesquisa: A implantação do piso salarial dos docentes, instituído pela lei nº11.738/2008, teve impacto sobre o IDEB dos anos finais do ensino fundamental público dos municípios Baianos?

Portanto, o objetivo geral é analisar o impacto do piso salarial nacional no indicador de qualidade do ensino fundamental público nos anos finais (8º serie /9º ano) nos municípios do Estado da Bahia. Com objetivo específico é proposto discutir a política de valorização do magistério pelo piso salarial e analisar a evolução do indicador do IDEB dos municípios baianos no período entre 2007 e 2011. Assume-se neste trabalho a hipótese de que a implantação do piso salarial impactou positivamente o IDEB dos anos finais nos municípios baianos.

Para alcançar os objetivos propostos, aplicou-se, o Método de Dados em Painel, uma vez que foi possível acompanhar o IDEB dos municípios baianos antes e depois da implementação do piso salarial no ano de 2009. Para a construção do banco de dados utilizou-se o pacote estatístico SPSS v.22, e para as estimações Stata v.13. Os dados utilizados foram provenientes de diferentes fontes educacionais: Instituto Nacional de

Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Sistema Firjan.

Para as respectivas variáveis selecionadas: Piso salarial, IDEB municipal, fatores escolares (professor e infraestrutura), características dos alunos que impactam o indicador, PIB per capita municipal, IFDM Saúde e Educação, nos anos de 2007, 2009 e 2011.

Além desta introdução, são desenvolvidos mais quatro capítulos no trabalho. O segundo capítulo apresenta as políticas e programas recentes desenvolvidas no âmbito Federal, estadual e municipal, a discussão da educação referente à qualidade e importância, a constituição do IDEB, o piso salarial dos docentes e o mercado de trabalho dos docentes. O terceiro capítulo apresenta a evolução do ensino fundamental público na Bahia e os indicadores educacionais. O quarto capítulo apresenta a metodologia, os dados, o modelo e os resultados. E o quinto capítulo as considerações finais.

## 2 EDUCAÇÃO E POLITICAS EDUCACIONAIS

Na literatura econômica reconhece a educação com um papel importante para o processo de formação e inserção dos indivíduos no mercado de trabalho e no desenvolvimento da sociedade. Sob a perspectiva individual, A educação constitui-se em um capital humano, pois proporciona ao individuo formação, informação e conhecimento, sendo um bem pessoal e diferente em cada individuo da sociedade, e que lhe propicia retornos econômicos. (PROQUE; VECCHIA, 2014) Do ponto de vista social, a educação gera externalidades positivas como melhor condição de saúde, melhores possibilidades de escolhas políticas, sociais e econômicas. O aumento do capital humano na sociedade gerado pela educação (formal, treinamento e experiência) promove o crescimento econômico.

Assim que a formação do capital humano do individuo pode ocorrer por diferentes formas: educação formal, educação informal, treinamentos e experiência. O acúmulo de capital humano decorrente dessas quatro formas, proporciona melhores rendimentos no futuro, que contribui para reduzir a desigualdade da distribuição de renda e gerar mobilidade social, também por tornar as pessoas mais conscientes em relação à sociedade em que vivem, sendo mais participativas no processo político (escolha e fiscalização dos candidatos).

Do ponto de vista privado, a teoria do capital humano, desenvolvida por Schultz (1961), Becker (1975) e Mincer (1981), a educação é entendida como um fator de qualificação do individuo e valorização de seu capital. O investimento em educação básica e superior, em treinamentos de trabalho aumenta o capital humano proporcionando o aumento da produtividade na produção e gerando crescimento econômico para o país (ANDRADE, 2010).

Segundo Schultz (1961) o investimento em educação formará o capital humano dos indivíduos promovendo o aumento da produtividade e da renda nacional. O fator que pode interferir no acúmulo de capital é a localização, pois os residentes na cidade têm acesso a diversas formas de investimento em relação às pessoas que moram em regiões distantes. Para Becker *apud* (TORRES, 2013) as empresas investem em treinamento

para que os trabalhadores desenvolvam habilidades. Os trabalhadores qualificados tendem a ter menos chance de serem demitidos em relação aos trabalhadores sem qualificação (TORRES, 2013).

Para Mincer (1981) o investimento em capital humano segue um ciclo de vida que se inicia na fase da pré-escola, escolar e pós-escolar. O investimento público em educação na fase escolar pode ocorrer através de um sistema de ensino público ou subsídios aos estudantes. No período após a escola os indivíduos investem recursos para aumentar o capital humano com base no cargo que ocupam ou pretendem ocupar no mercado de trabalho.

Os governos devem buscar incentivar a oferta de educação nos diferentes níveis, básico e superior, devido o reconhecimento do importante papel que a educação assume para os indivíduos e sociedade, as externalidades positivas. A oferta de educação básica e superior é feita na esfera pública, nos níveis Federal, Estadual e municipal, e no âmbito privado, por empresas do setor educacional com ou sem fins lucrativos. As políticas públicas buscam ampliar a oferta de ensino com o estabelecimento de critérios e padrões para que sejam de qualidade.

A qualidade da educação é monitorada pelo governo em alguns países, tais como o Brasil, através de indicadores educacionais que possuem instrumentos que apresentam a progressão do aluno no sistema referente à aprovação e o desempenho dos alunos em testes padronizados. No Brasil, os principais indicadores utilizados são oriundos do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), sendo o principal indicador de qualidade da educação básica o Índice da Educação Básica (IDEB). Além do acompanhamento dos indicadores educacionais, é fundamental compreender os fatores que influenciam a qualidade da educação e que são sujeitos à intervenção de políticas públicas, quais sejam os insumos escolares representados pelos professores, gestores e a infraestrutura das escolas.

Além dos insumos escolares um dos fatores que interfere no desempenho dos alunos fora do ambiente escolar são a família e o ambiente social de convívio. A família é responsável por passar os valores e culturas. Para Dazzani e Faria (2009) a família constitui-se em uma variável importante para o desempenho dos alunos, por ser a



responsável por incentivar e acompanhar o desenvolvimento dos jovens ao longo do seu ciclo de estudo escolar.

O ambiente de convívio social muitas vezes é composto de amigos com envolvimento no mundo do crime e a família pode ser desestruturada. Esses fatores associados a escolas com precárias condições de infraestrutura e que o aluno encontra-se na série inadequada para sua idade, com muitas repetências contribui para o abandono escolar.

A escola constitui um ambiente desenvolvido para promover o processo de aprendizado dos estudantes com a utilização de recursos físicos e humanos. Nesse ambiente ocorre à interação social de estudantes de diferentes culturas e grupos sociais, sendo utilizadas práticas pedagógicas que integrem esses grupos respeitando as suas diferenças. (DAZZANI; FARIA 2009).

Os diretores das escolas são os responsáveis pela alocação de recursos financeiros e materiais da escola transferidos pelo governo, sendo de fundamental importância a qualificação desses profissionais em cursos presenciais ou a distância para o exercício do cargo (FREITAS, 2009). A escolha dos gestores pode ser feita por indicação política ou eleição entre os membros das escolas, sendo estas a forma mais democrática de seleção do gestor.

Os professores desempenham papel de destaque na transmissão do conhecimento em uma sociedade em constante mudança tecnológica, que exige dos trabalhadores cada vez mais conhecimento, não somente em extensão, mas também em profundidade. A formação inicial e os cursos de aperfeiçoamento realizados pelos professores são de fundamental importância para enriquecer o aprendizado dos alunos e melhorar as práticas pedagógicas nas escolas, por isso os governos devem estimular a participação desses profissionais nesses cursos.

Contudo, a atração de profissionais de boa qualidade para exercer o magistério tem sido cada vez menor, seja na esfera pública ou na esfera privada. A carreira no magistério enfrenta diversos obstáculos que a tornam menos atrativa em relação as demais profissões devidas principalmente aos baixos salários. Associados aos baixos níveis

salariais, o desgaste físico provocado pelo excesso de jornada de trabalho pode resultar em menor dedicação e desempenho destes, além das faltas associadas.

Para Tavares, Camelo e Kasmirski (2009) as faltas podem comprometer o desempenho dos estudantes apesar de não haver outros estudos que busquem inferir essa relação, sendo os principais contribuintes para ocorrência desse fato a estabilidade docente e a falta de comprometimento com a escola. A literatura especializada aponta que além da falta de professores para ministrar as aulas (por motivos de saúde), a violência escolar, escassez de material didático e equipamentos e ausência de profissionais com formação específica para lecionar a disciplina também podem gerar resultados aquém do desejado (CASTRO, 2009).

Sob a perspectiva do professor, o salário pode ser um dos motivos que estimulem o ingresso de bons professores na carreira no magistério, bem como a sua permanência. Por essa razão, é de fundamental importância para obter uma educação de qualidade com professores qualificados e comprometidos, o que se pode ocorrer com uma política continuada de valorização dos professores, ou seja, uma política de planos de carreira em que busque melhores salários, melhoria da jornada de trabalho e da carreira. Nesse sentido, a valorização destes profissionais deve ser promovida pelas políticas públicas como forma de estimular e incentivar a escolha pelo magistério e o comprometimento com a profissão.

Contudo, a despeito da relevância do papel dos professores para alcançar uma educação de qualidade, a carreira de magistério no Brasil se tornou pouco atrativa para os jovens em decorrência do baixo salário em comparação com outros profissionais de mesma escolaridade. Dentre as medidas adotadas na última década como forma de responder a isto e conseqüentemente, pode melhorar a qualidade da educação, o governo implementou o piso salarial nacional, (lei 11.738/2008), com o objetivo de valorizar esses profissionais, o que será discutido na seção 2.3.

## 2. 1 POLITICAS E PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO RECENTES

As políticas implementadas no setor educacional estão inseridas no grupo de políticas públicas sociais e buscam garantir a universalização e qualidade do ensino, corrigir as

desigualdades sociais e econômicas. O desenvolvimento dessas ações ocorre na esfera federal, estadual e municipal.

Nos anos 90, o Brasil iniciou um processo de reformas no setor educacional dentre as quais se destaca a Lei de Diretrizes Básicas (LDB) e posteriormente as medidas de criação do indicador de qualidade da educação, processo de municipalização do ensino fundamental. O indicador de qualidade criado foi o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) que será explicado na próxima seção.

Em 20 de dezembro de 1996 foi instituída a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) pela lei nº9.394, conhecida como lei Darcy Ribeiro. Essa lei que regulamenta o sistema educacional do Brasil (educação básica ao superior) dispõe sobre os princípios e finalidade da educação, recursos financeiros e valorização dos docentes entre outros assuntos.

O processo de municipalização do ensino fundamental consistiu na transferência voluntária total ou parcial da esfera estadual a oferta dessa etapa de ensino para os municípios. Sua implantação no estado da Bahia ocorreu de forma progressiva, gradual, com adesão voluntária, flexível, transparente. A transferência das escolas estaduais para a esfera municipal ocorreu através do programa de ação de parceria educacional. (Cunha, 2009) Na década de 90, as escolas da rede municipal se expandiram principalmente decorrente do processo de municipalização do ensino fundamental sem a melhoria das suas instalações que em 54% não havia energia elétrica, 69% sem abastecimento de água e 86% não possuíam esgotamento sanitário (SILVA, 2007).

Para Costa (2009) o processo de municipalização teve caráter de ordem política e não considerou as especificidades de cada município da região brasileira que possui níveis de arrecadação diferenciada. Os municípios sofreram uma sobrecarga com o aumento dos gastos.

Os recursos destinados ao ensino fundamental pelos municípios eram provenientes do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) que foi instituído pela Lei n.º 9.424 de junho de 1997. Sendo substituído pelo O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de

Valorização dos Profissionais (FUNDEB) que foi criado em 2007, com recursos provenientes de impostos, transferências dos Estados, Distrito federal e Municípios. A aplicação dos recursos passou a ser destinada a educação básica (ensino infantil, fundamental e médio).

O FUNDEB foi instituído visando corrigir falhas que o Fundef apresentava como exclusão do ensino infantil e ensino médio. O objetivo do FUNDEB é promover a universalização da educação básica, a equidade, melhorar a qualidade do ensino e valorizar os profissionais da educação (FUNDEB, 2015).

A política nacional de educação constitui-se em uma medida para organizar o sistema de ensino, conforme apresentado no IV da LDB, sendo elaborada pelo Ministério da Educação (MEC), que é o órgão que tem como competência a elaboração também de pesquisa e extensão universitária e entre outros. Os programas e ações desenvolvidos têm como objetivo melhorar a qualidade da educação através da valorização dos profissionais da educação, aprendizagem do aluno, infraestrutura física e pedagógica das escolas. (MEC) o quadro 1 apresenta os principais programas e ações desenvolvidos pelo MEC como o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), Escola Ativa, Programa um Salto para o Futuro, Programa mais Educação.

Quadro 1: Os Principais Programas e Ações desenvolvidos pelo MEC

<b>Programas</b>	<b>Unidades Responsáveis</b>
<b>Programa Nacional do Livro Didático</b>	FNDE
<b>Programa um Salto para o Futuro</b>	MEC
<b>Escola Ativa</b>	MEC
<b>Programa mais Educação</b>	MEC

Fonte: BRASIL, 2014d

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) foi criado em 21 de novembro de 1968 pela lei nº5.537, é responsável pela execução e assistência técnica e financeira de políticas educacionais do MEC. Outros programas que são gerenciados pela instituição são: alimentação escolar, dinheiro direto na escola, biblioteca da escola, transporte escolar, caminho da escola, reestruturação e aquisição de equipamentos para a rede escolar pública de educação infantil.

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) foi instituído em 1985 com o objetivo de prover as escolas públicas de ensino fundamental e médio, na modalidade regular ou

educação de jovens e adultos (EJA) com livros didáticos e acervos de obras literárias, complementares e dicionários. O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) adquire e distribui os livros para os alunos de determinada série e repõe os que são reutilizáveis. “Os livros didáticos distribuídos pelo FNDE são confeccionados com uma estrutura física resistente para que possam ser utilizados por três anos consecutivos, beneficiando mais de um aluno” (FNDE, 2014).

O Programa um salto para o futuro foi criado em 1991 para ser transmitida na TV escola, que é o canal do MEC sendo direcionada a formação continuada de professores do ensino fundamental e médio. A transmissão acontece diariamente às 19h. O programa contribui para o debate de diferentes tendências no campo educacional com a apresentação de series temáticas (BRASIL, 2014).

O Programa Escola Ativa foi criado em 1997 pelo Governo Federal, busca reduzir a reprovação e evasão de alunos residentes da zona rural, com professores qualificados e recursos pedagógicos que melhorem o processo de aprendizado. Os objetivos do programa são apoiar os sistemas estaduais e municipais de ensino na melhoria das escolas do campo, realizar a formação continuada dos docentes e etc (BRASIL, 2014).

O Programa Mais Educação (PME) é uma estratégia do MEC instituída em 2007 para induzir a ampliação da jornada escola com o objetivo de melhorar o aprendizado dos estudantes, que impactará no indicador externo e elevará a qualidade das escolas. As escolas que aderem ao programa possuem a maioria dos alunos beneficiários da bolsa família (BRASIL, 2014). A educação básica em tempo integral no Brasil corresponde à jornada escolar com duração igual ou superior a 7 horas diárias no ano letivo. A secretaria do estado da Bahia implementou o Programa de Educação Integral (PROEI) agrupando as políticas indutoras da educação em tempo integral como a desenvolvida pelo Ministério da Educação (MEC) através do Programa Mais Educação (PME) (BRASIL, 2014).

As atividades desenvolvidas no turno oposto ao do horário das aulas são definidas pelas escolas e o público-alvo inicialmente a ser atingido são os alunos que se encontram em situação de fracasso escolar com alta propensão de evasão. Os recursos financeiros para o desenvolvimento dessas atividades são transferidos de forma direta para as unidades

escolares e fiscalizadas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) (PME/MEC) (BRASIL, 2014).

A educação de tempo integral nas escolas públicas torna a escola mais atrativa para os estudantes e melhora o desempenho nos exames padronizados, pois as atividades desenvolvem as habilidades cognitivas e profissionais do estudante. Na área social reduz a probabilidade dos jovens entrarem no mundo do crime, pois o tempo que estaria ocioso é ocupado com atividades educativas de dança, informática, xadrez, capoeira e etc.

No Estado da Bahia foram desenvolvidos programas e ações de fomento a melhoria da qualidade da educação como a criação do Sistema de Avaliação Baiano da Educação (SABE), Todos pela Alfabetização (TOPA), o Projeto de Monitoramento, Acompanhamento, Avaliação e Intervenção Pedagógica (PAIP) e o Programa Educar para Transformar- um Pacto pela Educação.

O Sistema de Avaliação Baiano da Educação (SABE) foi criado em 2007 para subsidiar o monitoramento da qualidade da educação na rede pública, apresenta o diagnóstico e os locais que devem ocorrer intervenção nas escolas. O sistema é composto de duas avaliações: a Avaliação Externa do Ensino Médio (Avalie ensino médio) e Avaliação Externa da Alfabetização (Avalie Alfa). A Avaliação Externa do Ensino Médio (Avalie ensino médio) acompanha o rendimento dos estudantes do ensino médio com a aplicação de testes e questionários com a matriz de competências e habilidades do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Os resultados são divulgados através de boletins individuais para os alunos e relatórios técnico-pedagógicos para as escolas.

A Avaliação Externa da Alfabetização (Avalie Alfa) foi criada em 2011 com o objetivo de avaliar o nível de alfabetização de crianças do 2º ano das escolas estaduais. A avaliação acontece no início e no fim do ano letivo. As aplicações de questionários são para professores e gestores para a identificação dos fatores relacionados ao desempenho dos alunos.

Em 2007 foi criado o programa Todos pela Alfabetização (Topa) que possui como principal objetivo reduzir o índice de analfabetismo, os beneficiários do programa são

os jovens acima de 15 anos e adultos não alfabetizados. As aulas de alfabetização são ministradas em escolas estaduais, municipais, igrejas, sindicatos, associações comunitárias e entre outros lugares. Os alunos alfabetizados são incentivados a continuarem estudando. Os profissionais que atuam no programa passam por curso de formação para aprender a lidar com os mais variados perfis dos estudantes do programa. Em 2010, o Topa havia alfabetizado 751mil pessoas (BAHIA, 2010)

Em 2011, a secretaria de educação do estado da Bahia criou o Projeto de Monitoramento, Acompanhamento, Avaliação e Intervenção Pedagógica (PAIP) com o objetivo de melhorar a qualidade do ensino através da intervenção no trabalho pedagógico das escolas da rede estadual. As metas do projeto são: atingir 100% das unidades escolares e melhorar a gestão escolar nos aspectos de rendimento escolar, frequência, evasão e abandono (BAHIA, 2014)

Esse projeto foi desenvolvido com o objetivo de conhecer a realidade das escolas e propor o fortalecimento do ensino e da aprendizagem, acompanhando os índices de aprovação e reprovação. As ações de intervenção proposta para as unidades escolares são desenvolvidas com base nos dados do Sistema de Gestão Escolar e pelas avaliações externas. O programa identifica as áreas que devem ser fortalecida pelo projeto pedagógico e em parceria com gestores e professores são desenvolvidas atividades interdisciplinares (BAHIA, 2014).

O Programa Educar para Transformar- um Pacto pela Educação foi lançado em 30 de março de 2015 com o objetivo de melhorar a qualidade da educação pública na Bahia através de parceria entre estado, município, educadores, estudantes, gestores, família, universidades, empresas e organizações sociais. O programa foi desenvolvido decorrente das deficiências que se apresentam no sistema educacional, tais como o baixo domínio de leitura, escrita e matemática dos alunos da 3º serie do ensino fundamental. As ações são distribuídas em cinco eixos temáticos: colaboração entre estados e municípios, fortalecimento da educação básica na rede estadual, educação profissional, parcerias da escola com universidades, empresas e outras organizações sociais e a integração com a família (BAHIA, 2015).

O Quadro 2 apresenta os dados dos programas educacionais implementados no Estado da Bahia, que foram explicados nos parágrafos anteriores, referente a abrangência em 2011.

Quadro 2: Programas educacionais- Bahia-2011

Programas	Abrangência
Avalie ensino médio	1.090 unidades escolares
Avalie alfa	8.434 escolas estaduais e municipais e 300.000 estudantes.
Topa	162.000 alfabetizados.

Fonte: Elaboração própria , 2015 com dados da BAHIA, 2015

Na esfera municipal a prefeitura de Salvador lançou o Programa Combinado em 30 de junho de 2015, que reúne 112 ações buscando melhorar a rede municipal de ensino. As ações são agrupadas em 6 eixos: diálogos da rede, ações pedagógicas e de infraestrutura, comunidade, de suporte e da escola (BAHIA, 2015).

## 2.2 IDEB

O sistema educacional brasileiro está organizado administrativamente através dos sistemas de ensino da União, Estados, Distrito Federal e Municípios. A união dar assistência técnica e financeira aos sistemas de ensino dos entes federados e organiza o sistema de ensino superior. Os estados e o distrito federal e municípios ofertam ensino infantil, fundamental e médio (PORTAL EDUCAÇÃO, 2015) Em termos de ensino, o sistema educacional está organizado da seguinte forma: Educação Básica, Ensino Superior e Ensino Técnico. A Educação Básica está dividida em Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio.

Na década de 1990, o governo brasileiro tendo como objetivo obter o diagnóstico do sistema educacional criou O Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), que é formado por um conjunto de avaliações externas em larga escala composto pela Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (ANRESC/ Prova Brasil), Avaliação Nacional da Educação Básica (ANEB) e Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA). (BRASIL, 2015)



O SAEB constitui-se em um indicativo da qualidade do ensino ofertado com o diagnóstico do sistema educacional e dos fatores que interfere no desempenho do estudante. A aplicação dos exames ocorre a cada dois anos, de forma amostral, âmbito nacional e a pontuação compreende de 0 a 500 pontos.

A Avaliação Nacional da Educação Básica (ANEK) é aplicada às redes de ensino públicas e privada, nos centros urbanos e na zona rural, de forma amostral, compreende o ensino fundamental e médio, com o objetivo de avaliar a qualidade do ensino, sendo os resultados divulgados em nível nacional. Os exames avaliam as habilidades em língua portuguesa e matemática, passando em 2013 a aplicar provas de ciência (INEP/BAHIA, 2015).

A Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (ANRESC/ Prova Brasil) foi criada em 2005, a aplicação ocorre nas escolas públicas, nos centros urbanos e na zona rural, abrange o ensino fundamental, sendo conhecido como Prova Brasil. O objetivo também é de avaliar a qualidade do ensino, com os resultados sendo divulgados por Estados, Municípios e escola. Os assuntos abordados na Prova Brasil em língua portuguesa e matemática são apresentados nas matrizes de referência, englobando parte dos assuntos presentes nos currículos escolares (INEP/BAHIA, 2015).

A Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA) possui como objetivo analisar os níveis de alfabetização, o público alvo são os alunos das escolas públicas- 3º série do ensino fundamental. Os resultados buscam inferir o nível de alfabetização em língua portuguesa e matemática, através da aplicação de exames padronizados. A avaliação também busca analisar as condições da oferta de ensino com a aplicação de questionário. A partir de 2013, foi integrada ao SAEB (INEP/ANA, 2015) .

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) constitui um indicador de qualidade da educação básica que foi criado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) em 2007, em uma escala de zero a dez. Esse indicador combina a análise do fluxo escolar (taxa de aprovação) com o desempenho dos estudantes em exames de rendimento escolar em matemática e língua portuguesa.

Além das avaliações nacionais, os estudantes brasileiros também participam de uma avaliação internacional chamada Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA) que é realizado pela Organização para Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) desde 1998 para os alunos de 15 anos em 70 países. As avaliações buscam analisar as habilidades de leitura, matemática e ciências, em cada edição uma dessas habilidades é analisada (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2014).

Com relação ao IDEB, são estabelecidas metas bienais para o Brasil, os Estados e escolas, pois segundo o Plano de Metas de Desenvolvimento da Educação prevê para 2022 um IDEB de 6.0 para o Brasil, que corresponde à média dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), sendo também o ano do bicentenário da independência do Brasil.

O cálculo das metas do IDEB para o Brasil, nas etapas de ensino fundamental e médio ocorre através da utilização do valor inicial do IDEB de 2005 e do tempo necessário de alcance. Para os Estados, Municípios e escolas as metas são obtidas com base na premissa de redução da desigualdade das redes de ensino, sendo utilizado o valor máximo do IDEB de 9,9, que corresponde à igualdade nas redes de ensino. As projeções do IDEB foram estipuladas com base em um percentual mínimo de taxa de aprovação de 65%. (INEP) (BRASIL, 2014a).

Os dados referentes a progressão no sistema de ensino (aprovação) são obtidos no censo escolar que constitui um levantamento estatístico-educacional no âmbito nacional, o Censo da Educação Básica. Estes dados são divulgados anualmente e apresentam, pela Sinopse do Censo, na análise do ensino infantil, fundamental, médio, educação especial e educação de jovens e adultos (EJA), das redes de ensino estadual, federal e municipal, pública e privada. O censo da educação básica apresentam microdados sobre estabelecimentos, matrículas, funções docentes, direção.

As escolas declaram as informações para o censo através do site EDUCACENSO e as que não possuem acesso a internet pode responder a um questionário e depois enviar em um local com acesso a internet.

Essas informações são importantes para a formulação de políticas públicas e transferências de recursos do fundo de manutenção e desenvolvimento da educação básica e de valorização do magistério (FUNDEB) para os Estados e Municípios. O FUNDEB foi criado em 2007, os recursos são provenientes de impostos, transferências dos Estados, Distrito federal e municípios. Os recursos são aplicados na educação básica (ensino infantil, fundamental e médio).

As avaliações de rendimento escolar são obtidas através da Prova Brasil e do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) com a utilização de exames padronizados e questionários socioeconômicos. Os resultados são utilizados para compor o cálculo da média de desempenho do IDEB.

Formula de calculo do IDEB:

$$\mathbf{IDEB}_{ji} = \mathbf{N}_{ji} \cdot \mathbf{P}_{ji}$$

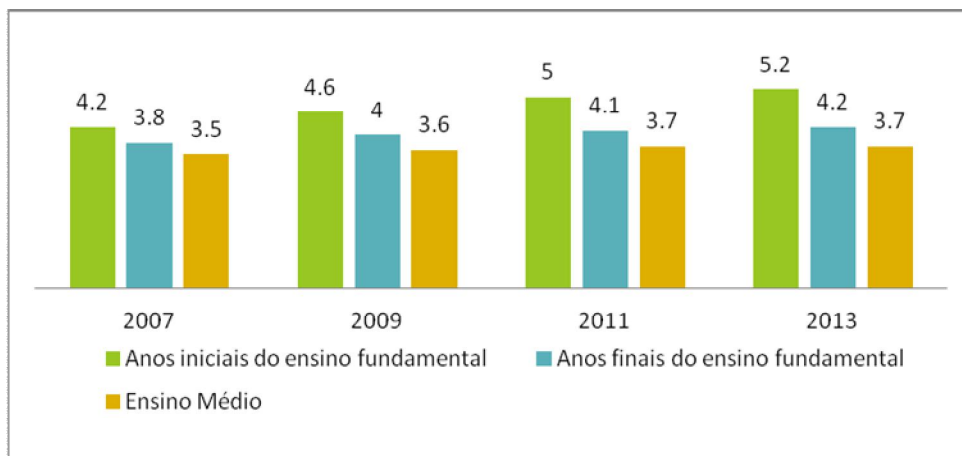
i- Ano do exame (Saeb e Prova Brasil) e do Censo Escolar.

N<sub>ji</sub>- Proficiência média dos alunos da unidade j, do exame i (SAEB e Prova Brasil), escala de 0 a 10.

P<sub>ji</sub>- Taxa média de aprovação da unidade j por etapa de ensino, escala de 0 a 1.

O gráfico 1 apresenta os resultados do IDEB nas etapas de ensino fundamental e médio do Brasil, observando-se que os anos iniciais do ensino fundamental obteve aumento de 4,2% para 5,2% em 2013, sendo superior aos anos finais do ensino fundamental que foi de 3,8% para 4,2% e o ensino médio de 3,5% para 3,7.

Gráfico 1: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)- Brasil



Fonte: IDEB/INEP, 2014

A educação infantil é dividida em creche e pré-escola, com público alvo de crianças de 3 a 5 anos de idade. Para Felício e Vasconcellos (2007) os alunos que iniciaram seus estudos no ensino infantil tende a possuir um melhor desempenho nos exames padronizados nas séries posteriores. As matrículas da educação infantil de 2007 a 2013 apresentou aumento de 16,6%, (BRASIL, 2014a).

O ensino fundamental é composto de nove anos no Brasil, sendo público alvo crianças e adolescentes de 6 a 14 anos, compreende 1º a 9º ano. A lei nº11.274/2006 instituiu o ensino fundamental de 9 anos, ampliando o público alvo que passou a ser a partir de crianças de 6 anos de idade que antes era atendida pela educação infantil. O prazo para as redes de ensino aderir a nova estrutura foi até 2010 (BRASIL, 2014a).

A ampliação do ensino fundamental objetivou inserir as crianças carentes de 6 anos que estavam fora do sistema de ensino, pois o ensino infantil não conseguia atender a toda a demanda existente. Essa política provocou o aumento de matrícula e de alunos por turma nas escolas. Além da necessidade de recursos financeiros para adequar as escolas no atendimento a essa nova faixa etária.

No Brasil, no ano de 2012 a rede de ensino municipal é responsável pela maioria da oferta dos anos iniciais do ensino fundamental em relação à rede estadual 68,2% e 16,3%, respectivamente. Com relação aos anos finais, a rede estadual em 2012 constitui na principal responsável pela oferta de vagas nesta etapa, correspondendo a 47,3% do

total. O restante das vagas foram ofertadas no ano de 2012 pela rede pública municipal 39,5%, e pela rede privada, 13,1% (BRASIL, 2013).

A infraestrutura das escolas é outro fator que contribui para melhorar o rendimento dos alunos e a qualidade da educação, proporcionando um ambiente adequado para o processo de aprendizagem. As escolas da rede pública em 2013 apresentaram como recursos mais disponíveis no ensino fundamental e médio: biblioteca (43,9%; 87,7%), laboratório de informática (50,3%; 91,5%) e acesso a internet (47,6%; 93,2%) (BRASIL, 2013).

### 2.3 PISO SALARIAL DOS DOCENTES

Os docentes são de fundamental importância para a formação dos cidadãos que exercem as diversas categorias de profissões na sociedade e para a construção dos aspectos político-sociais, culturais e produtivos. Para exercer a docência é necessário o conhecimento das áreas de conteúdo escolar, aliado aos de pedagogia e didática (GATTI, 2011).

O reconhecimento da importância social dos professores torna necessária a adoção de salários dignos, que possibilite a sobrevivência e o seu aperfeiçoamento, além de melhores condições de trabalho e carreira (GATTI, 2011). O governo Brasileiro objetivando valorizar esses profissionais instituiu em 2008 o piso salarial para os profissionais do magistério público da educação básica, através da lei nº11.738, que deve ser cumprida por todos os Estados.

A lei nº11.738 foi sancionada em 2008, estabelecendo a partir de 2009 o piso salarial nacional do magistério público da educação básica no valor de R\$ 950,00, para profissionais com formação de nível médio, na modalidade normal, sendo reajustado em janeiro de cada ano com base no mesmo percentual de crescimento do valor anual mínimo por aluno dos anos iniciais do ensino fundamental das áreas urbanas. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios não podem pagar o vencimento inicial de professores da educação básica com essa formação em regime de 40 horas semanais abaixo desse valor (BRASIL, 2014a).

Para jornadas de trabalho diferentes das 40 horas semanais o vencimento inicial deve ser calculado de maneira proporcional ao valor do piso. A lei também estabeleceu a composição da jornada de trabalho em 2/3 das horas devem ser feitas de exercícios em atividades de interação entre professores e alunos, 1/3 das horas restantes em atividades extraclasse (BRASIL, 2014 a).

A União completará o valor do piso em caso da falta de possibilidade de cumprimento decorrente do orçamento dos entes federados, com repasse de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB). O FUNDEB foi criado em substituição ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) em 2007, pela lei nº 11.494 (FNDE/FUNDEB, 2015).

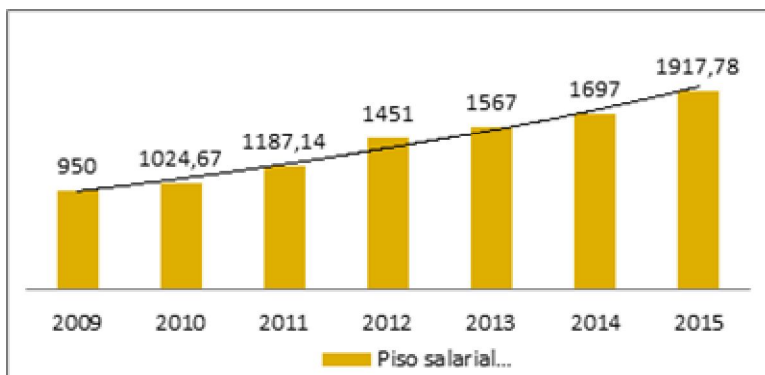
O FUNDEB é um fundo educacional estadual, composto de recursos provenientes dos impostos e de transferências dos Estados, Distrito Federal e Municípios. Para serem aplicados exclusivamente na educação básica, com base no valor por aluno/ano definido no âmbito nacional. O valor por aluno/ano é calculado a partir do número de alunos matriculados, do fator de ponderação estipulado para cada segmento de ensino e do total de recursos arrecadados (FNDE/FUNDEB, 2015).

A distribuição dos recursos consiste em 60 % para a remuneração dos professores e 40% para manutenção e desenvolvimento da educação básica. O responsável por administrar o FUNDEB é o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). A vigência é de 2007-2020 (FNDE/FUNDEB, 2015).

O valor por aluno/ano é composto pelos seguintes fatores: os docentes, os funcionários e os materiais físicos. O custo do professor nesse valor é representado pelo salário, o tamanho da turma, o número de horas de aulas dadas e o número de horas aula recebida pelos alunos (GOUVEIA *et.al.*, 2006).

O Gráfico 2 apresenta a evolução do valor do Piso Salarial Nacional de 2009 até 2015,. Entre 2009 e 2015, o reajuste acumulado de 65,6% e ganho real de 37% para os profissionais de carga horária de 40 horas semanais. (BRASIL, 2015) Em 2015 o piso passou a corresponder a R\$ 1.917,78 e o reajuste foi de 13%.

Gráfico 2: Brasil - Evolução do Piso Salarial dos docentes da educação básica



Fonte: BRASIL, 2015

Em 2014, a lei nº11.738/2008 não estava sendo cumprido em sete Estados brasileiros conforme levantamento realizado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE): Alagoas, Bahia, Goiás, Roraima, Sergipe, Tocantins e Amazonas. A Quadro 3 apresenta o valor do vencimento inicial para estes Estados, exceto Amazonas. Além do valor mínimo, alguns Estados também não cumprem a divisão da jornada de trabalho conforme estabelecida na lei.

Quadro 3: Salários do Magistério público da educação básica

Estados	Nível Médio/ Vencimento	Carga Horária	Cumprimento da Lei 11.738
<b>Alagoas</b>	1.567,00	40h	Não cumpre o valor e a jornada extraclasse.
<b>Amazonas</b>	-----	40h	Não cumpre
<b>Bahia</b>	1.451,00	40h	Não cumpre
<b>Goiás</b>	1.576,40	40h	Não cumpre
<b>Pará</b>	1.697,67	40h	Não cumpre a jornada extraclasse
<b>Roraima</b>	1.536,00	40h	Não cumpre
<b>Santa Catarina</b>	1.697,37	40h	Não cumpre a jornada extraclasse
<b>Sergipe</b>	1.567,00	40h	Não cumpre
<b>Tocantins</b>	1.567,00	40h	Não cumpre

Fonte: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO, maio 2014

A justificativa apresentada pelos Estados e municípios para o não pagamento integral do valor do Piso é a falta de recursos financeiros no orçamento. As despesas da união, Estados e Municípios com pagamento dos profissionais da educação, transferências para o FUNDEB e para os outros setores da sociedade, são estipuladas através do orçamento com base na previsão das receitas disponíveis<sup>1</sup>.

Para Almeida (2009) as dificuldades na implementação de políticas de valorização dos professores nos municípios, tais como o piso salarial tem provocado a precarização do trabalho docente, que impede o comprometimento com a escola devido à extensa jornada de trabalho em diversas instituições de ensino, além da utilização de contratos temporários.

No estado da Bahia as informações disponibilizadas no portal do servidor contradiz a pesquisa realizada pela CNTE de que o piso não é pago, pois segundo o próprio Estado o valor do piso pago é superior ao estabelecido a cada ano. O reajuste concedido representou 3,5% em 2015 sobre o valor vigente passando a ser de R\$ 1.925,96 (acréscimo de 0,43% acima do piso).

Os professores do estado estão concentrados em maior número na rede municipal, devido ser a responsável pela maioria das matrículas no ensino fundamental, com 76,5% ocupando cargo de provimento efetivo, além de a formação predominante ser a de nível superior (BRASIL, 2014a).

A remuneração dos professores da rede municipal está estruturada no pagamento do salário-base mais gratificações. Além dessa forma de elevar o salário há o avanço nos níveis correspondentes das faixas salariais, a partir da titulação acadêmica em cursos de nível superior na forma de licenciatura, mestrado e doutorado na área de educação ou pela progressão funcional, por referencia com a realização cursos de aperfeiçoamento, atualização e produção profissional.

---

<sup>1</sup>O orçamento é elaborado todo ano através de uma proposta orçamentaria denominada lei orçamentaria e apresenta os valores globais propostos além de destacar as principais áreas de atuação e projetos.



### 2.3.1 Perfil dos Professores da Educação Básica

O salário é um dos fatores que motivam a escolha de uma profissão, além da estrutura dos planos de carreira e das condições de trabalho, elementos constituintes da valorização dos profissionais. Esta seção apresenta as mudanças que aconteceram após a instituição do piso salarial no mercado de trabalho para os professores da educação básica.

A rede de ensino pública brasileira é a responsável pela maioria das contratações de professores, em decorrência do elevado número de matrículas, através da realização de concurso público. Sendo a educação básica a principal demandante por função docente. Nos Estados, as regiões mais populosas tem apresentado a maior demanda por professores, tais como o Sudeste e o Nordeste (GATTI; BARRETO, 2009).

O nível de escolaridade dos professores em exercício no magistério tem constituído de forma predominante na formação superior, sendo um pequeno percentual com formação de ensino médio, ensino médio normal/magistério e ensino fundamental, conforme apresentado na Tabela 1.

Tabela 1- Professores da educação básica por nível de escolaridade

<b>2013</b>	<b>%</b>	<b>Total absoluto</b>
<b>Superior</b>	74,8	1.607.181
<b>Ensino médio</b>	11,0	236.524
<b>Ensino médio normal/magistério</b>	13,9	297.880
<b>Ensino fundamental</b>	0,3	6.438

Fonte: Elaboração própria, 2015 com dados do TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2015

A formação de nível superior é essencial para lecionar na educação básica, sendo permitida a formação de nível médio normal/magistério para o exercício no ensino infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental (LDB, 1996), o governo tem criado iniciativas com o objetivo de promover a formação superior principalmente em cursos de licenciatura, como o Plano Nacional de Formação de Professores da

Educação Básica (PARFOR), devido ser uma das metas do Plano Nacional de Educação (PNE).

O Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR) foi implantado em 2009, através da colaboração entre a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), os Estados, Municípios, Distrito federal e Instituição de Ensino Superior (públicas e privadas sem fins lucrativos), cujo objetivo é induzir a oferta de educação superior para que os professores em exercício na rede pública da educação básica tenham a formação exigida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), com a criação de turmas especiais de licenciatura, segunda licenciatura e formação pedagógica. O programa conseguiu até 2015 formar 12.103 professores (CAPES, 2015).

O número de ingressantes e concluintes no curso na área de educação é menor em relação aos de ciências sociais, negócios e direito, conforme apresentado na quadro 4. A maioria desses estudantes estão em instituições de ensino privada, devido ao grande numero de estabelecimento no país e a implementação de programas do governo (Prouni e Fies) de acesso ao ensino superior (BRASIL, 2014b).

Quadro 4: Numero de ingressantes e concluintes da área de educação

Ano	Cursos	Ingressantes	Concluintes
2012	Ciências sociais, negócios e direito.	1.175.616	455.662
	Educação	488.979	223.392
2013	Ciências sociais, negócios e direito.	1.133.115	439.250
	Educação	468.747	201.011

Fonte: Elaboração própria, 2015 baseado no BRASIL/INEP 2011 e 2013

De acordo com Gatti (2010), as principais deficiências dos cursos de educação ofertados pelas instituições de ensino superior são: elevada base teórica, pouca pratica e conhecimento do currículo da rede de ensino, e ausência de disciplinas relacionadas ao saber tecnológico.

A implantação do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) é uma iniciativa importante para formação do professor por conceder bolsas a estudantes de licenciaturas, que desenvolva atividades na rede pública e após graduado se comprometa a continuar lecionando na rede. O objetivo é promover a integração e prática aos futuros professores à escola (BRASIL, 2015).

O perfil dos jovens que escolhem a carreira de docência é a maioria de concluintes do ensino médio em escolas públicas, a escolaridade dos pais é baixa, principalmente nos cursos de pedagogia. A decisão para a escolha da carreira se baseia em diversos fatores que são: vocação, remuneração em relação a outras profissões, condições de trabalho, estabilidade e influência familiar (GATTI; BARRETO, 2009).

De acordo com Gatti e Barreto (2009) para os professores em exercício em alguns Estados a política implementada provocou aumento em relação à remuneração anterior ser menor ao valor estipulado na lei 11.738. Em 2006 a média salarial dos docentes da educação básica era de R\$927,00, mas a maioria recebia abaixo desse valor, os de formação de nível médio R\$613, 00 na educação infantil e no ensino fundamental R\$696,00.

Além da atratividade, o salário também tem sido relacionado na literatura com a jornada de trabalho que pode ser extensa diante de baixas remunerações, implicando no exercício em mais de uma escola para manter sua subsistência (GATTI; BARRETO, 2011). Para Gouveia e outros (2006) os professores quando submetidos a extensa jornada de trabalho em uma ou mais escolas tende a comprometer sua saúde e passar a dispor de menos tempo para realizar cursos de aperfeiçoamento e entre outras atividades. Os problemas de saúde podem afastar os professores da sala de aula comprometendo o processo de aprendizagem dos alunos. Essa sobrecarga impacta nas condições de trabalho, que também está relacionada à estrutura física das escolas, ao número de alunos por turma e a relação do professor com aluno na sala de aula.

### **3 EVOLUÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL PÚBLICO DA BAHIA**

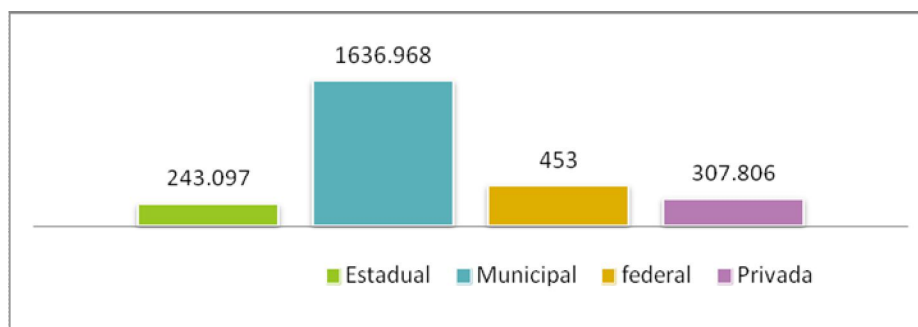
Na década de 1990, o cenário educacional no Estado da Bahia apresentava muitos problemas, principalmente o ensino fundamental com baixo índice de matrículas, baixa proporção de alunos na idade adequada e altos índices de repetência, além de instalações com ausência de recursos essenciais ao funcionamento de qualquer estabelecimento de ensino, tais como: energia elétrica, abastecimento de água e esgotamento sanitário (SILVA, 2007).

Para corrigir essas deficiências e principalmente a baixa qualidade de aprendizagem dos estudantes no Estado da Bahia, o governo implantou em 1999 o Programa Educar para Vencer, que apresentava diversas ações para ser adotado pelos Municípios. Sendo essas as de regularizar o fluxo escolar, fortalecer a gestão escolar e municipal, implementar mecanismos de avaliações bimestrais e anuais aos alunos, certificação dos dirigentes escolares (OLIVEIRA, 2006).

A rede física tem apresentado melhoras nas escolas municipais decorrente da maior presença de recursos necessário ao funcionamento das unidades como água e energia, mas ainda é pequeno o percentual com esgotamento sanitário (22%) e coleta de lixo (49%), cenário contrário das escolas estaduais que apresentam melhor infraestrutura. (BRASIL, 2014b).

Após o processo de municipalização, a rede municipal passou a atender a maioria das matrículas do ensino fundamental em relação à rede estadual, sendo menor na rede federal e privada, conforme apresentado no gráfico 3. Em 2014 o número de alunos atendidos pelos municípios foram de 1,6 milhões em 15.191 mil escolas na capital e no interior (BRASIL, 2014 b).

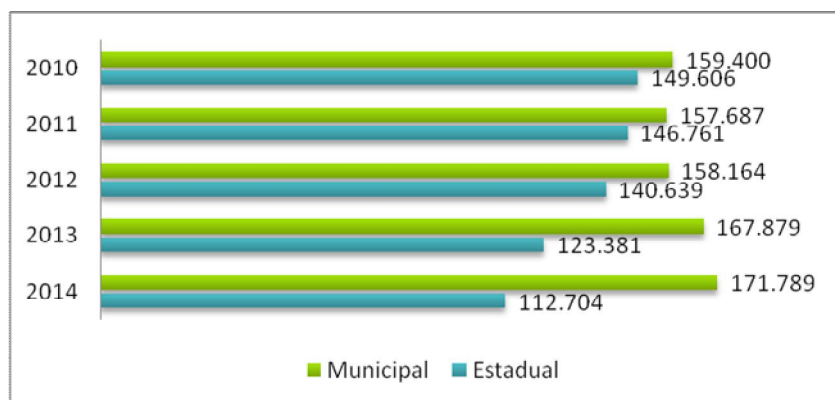
Gráfico 3- Matricula no Ensino Fundamental por dependência administrativa –Bahia



Fonte: Elaboração própria, 2015 baseado em MERITT 2015

O Gráfico 4 apresenta a evolução da matrícula no ensino fundamental na etapa da 8ª série/9º ano, que tem demonstrado um processo de expansão de 2010 a 2014 na rede municipal. Na rede estadual em todos os anos o número de alunos atendido tem sido cada vez menor, que pode ser reflexo da municipalização e de outros fatores como repetência e abandono escolar.

Gráfico 4- Evolução da Matrícula no ensino fundamental 8º série/9º ano- Bahia



Fonte: Elaboração própria, 2015 baseado em MERITT, 2015

Apesar desse cenário apresentado no Gráfico 4, os anos finais do ensino fundamental não representa a etapa com maior número de alunos matriculados na rede municipal ao analisar a distribuição no ensino fundamental, devido os anos iniciais concentrar a maioria das matrículas (BRASIL, 2014 b).

O perfil dos docentes que atuam nessa etapa de ensino constitui em profissionais do gênero feminino, com formação superior e a maioria leciona na rede pública de ensino. No estado da Bahia em comparação com os dados da região Nordeste tem apresentado maior número de professores com formação de ensino médio normal/magistério, apesar da predominância dos que possuem ensino superior, conforme apresentado na Tabela 2.

Tabela 2- Perfil dos docentes dos anos finais do ensino fundamental -2014(%)

	Ensino médio	Superior	Rede Pública	Feminino	Faixa etária			
					24 anos	25 a 32 anos	33 a 40 anos	41 a 50 anos
<b>Nordeste</b>	37,5	62,5	81,4	78,4	5,3	23	29,5	28
<b>Bahia</b>	41	59	82,7	80,6	3	19,3	31,4	30,8

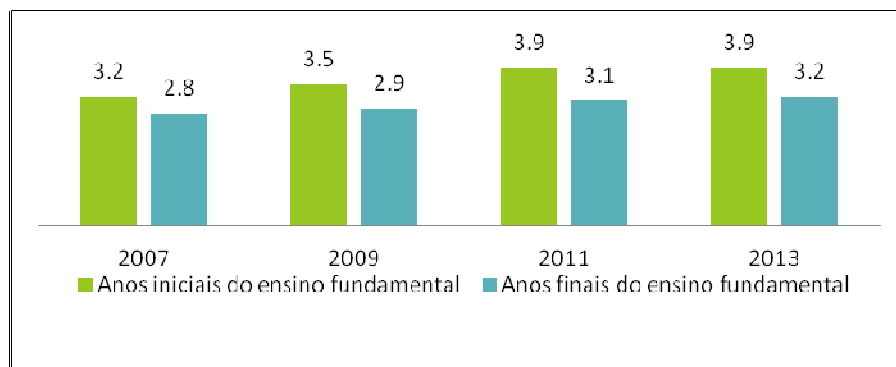
Fonte: Elaboração própria, 2015 baseado em BRASIL/INEP, 2014

Os alunos que estudam nos anos finais do ensino fundamental referente ao 9º ano têm apresentado muitas carências no aprendizado que reflete no baixo índice de domínio de conteúdos necessários em matemática e português, além de ser muito elevado o índice de evasão e repetência, sendo refletido no indicador educacional (IDEB).

### 3.1 INDICADORES EDUCACIONAIS

O IDEB do estado no ensino fundamental apresentou evoluções de 2007 a 2013 conforme apresentado no Gráfico 5. Os anos iniciais apresentaram estagnação de 2011 para 2013 permanecendo em 3,9, possuindo melhor desempenho em relação aos anos finais, que apresentaram uma pequena evolução de 2011 a 2013 de 3,1 para 3,2. Os anos iniciais do ensino fundamental desde a criação do indicador em 2007 vêm apresentando um melhor desempenho em relação aos anos finais.

Gráfico5: IDEB do Ensino Fundamental Público da Bahia



Fonte: INEP/IDEB, 2014

Em 2013, na Prova Brasil a média de proficiência dos estudantes da rede pública do 5º ano do ensino fundamental reduziu em comparação a 2011 em língua portuguesa de 172,01 para 170,81 e matemática 188,18 para 184,98 (MERRIT, 2015). Na escala de proficiência do SAEB o resultado de português encontra-se no nível 2 em que o aluno consegue localizar as informações explícitas em contos, identificar assunto principal e personagem principal em reportagens e fabulas e entre outros. Em matemática a escala de proficiência do SAEB encontra-se no nível 3, que corresponde as habilidades de localizar pontos, associar figuras geométricas elementares , converter unidade real em moeda e etc.

A proficiência média dos estudantes da rede pública do 9º ano do ensino fundamental teve um pequeno aumento de 2011 a 2013, em língua portuguesa de 225,60 para 225,68 e matemática reduziu de 230,64 para 229,20 (MERITT, 2015). Na escala de proficiência do SAEB os alunos do 9º serie o resultado de português e matemática encontra-se no nível 5. O aluno possui a habilidade de identificar assunto e opinião em reportagens e contos, comum a cartas e poemas, localizar dois ou mais pontos, determinar o perímetro de uma região retangular e entre outros (BRASIL, 2015).

A pontuação na Prova Brasil do 5º e 9º ano estão abaixo do nível de proficiência considerado na escala proficiência do SAEB. Os alunos que apresentam o domínio dos conteúdos exigidos no exame em português e matemática em 2013 é muito baixo no ensino fundamental, no 5º ano 20% em língua portuguesa e 16% em matemática. No 9º ano 13% em língua portuguesa e 5% em matemática (MERITT, 2015).

O estado da Bahia com o objetivo de melhorar a aprendizagem em língua portuguesa e matemática implantou em 2011 o Programa Gestão da Aprendizagem Escolar (GESTAR), que foi criado pelo MEC, cujo público alvo é os alunos dos anos finais do ensino fundamental. Os professores e alunos recebem material didático especializado para essas duas disciplinas. A metodologia utilizada é de monitoramento e avaliação, que estimula a prática para reforçar e eliminar dificuldades de aprendizagem (BAHIA, 2014).

As disciplinas de português e matemática são essenciais para que os estudantes desenvolvam habilidades e conhecimento para a vida pessoal e profissional, por isso a iniciativa como o programa Gestar contribui para a melhora do desempenho dos estudantes na escola e nas avaliações externas.

O indicador de fluxo escolar (aprovação) em 2013, os anos finais do ensino fundamental apresentaram menor número de aprovados 0,74, sendo que de cada 100 alunos, 26 são reprovados. Os anos iniciais o indicador de aprovação corresponde a 0,85 que equivale a de cada 100 alunos, 15 foram reprovados (MERITT, 2015). Em um sistema de ensino o nível de reprovação não pode ser muito elevado ou baixo, pois se reprova muitos alunos significa que pode estar havendo a retenção dos estudantes para melhorar o indicador e um número muito baixo de reprovação pode estar ocorrendo à aprovação dos alunos sem a preocupação com a adequada aprendizagem.

A oferta de insumos escolares nas instituições públicas que auxiliam no processo de aprendizagem é precária como biblioteca 22%, laboratório de informática 31%, laboratório de ciências 4%, quadra de esportes 15%, sala de leitura 21%. A tecnologia que constitui em uma ferramenta importante para o acesso a conteúdos educacionais está presente em poucas escolas públicas do estado sendo 39% que utilizam internet e 29% banda larga (MERITT, 2015).

Esses recursos devem ser utilizados com certos critérios para que em uma sociedade que os jovens estão cada vez mais conectados em redes sociais não se torne um fator de falta de atenção nas aulas. Além dos professores estarem fazendo cursos de aperfeiçoamento na Universidade Estadual para obter conhecimentos necessários à



utilização dos recursos tecnológicos educacionais desenvolvidos em forma de jogos, sites, blog (BAHIA, 2014).

O ensino fundamental apresentou evolução de 2007 a 2013 na proporção de estudantes que frequentam a escola na serie adequada de 87,4% para 91,4%. No ensino médio o índice é menor correspondendo a 33,2% para 41,5%, em virtude da retenção dos estudantes nos anos finais do ensino fundamental.

Os cinco municípios com piores notas no IDEB em 2013 nos anos iniciais do ensino fundamental são Itambé (2,6), Piraí do Norte (2,7), Jaguaripe (2,8), Santo Estevão (2,9) e Candeal (3,0). Nos anos finais são Almadina (1,5), Ouriçangas (1,6), Novo Triunfo (1,8), Agua Fria (1,9) e Piraí do Norte (2,2) (MERITT, 2015).

O município de Licínio de Almeida esta entre os municípios baianos com melhor nota no IDEB, consequência de programas educacionais implementados e parcerias com institutos. O município é localizado no sudoeste da Bahia com uma economia baseada na agricultura familiar.

Os bons resultados apresentados no indicador pelos municípios não estão relacionados diretamente ao crescimento econômico, mas as praticas pedagógicas implementadas nas escolas e a gestão educacional. Essa pratica exitosa deve ser compartilhada nas redes municipais para que outras escolas possam melhorar o indicador educacional e a aprendizagem dos alunos.

Em Salvador o indicador tem apresentado baixo desempenho nos anos finais com 2,9 em 2013. Além de apresentar um numero maior de alunos reprovados em relação aos anos iniciais (MERITT, 2015).

## 4 METODOLOGIA, DADOS E RESULTADOS

Este capítulo apresenta os dados e o método de investigação utilizado para a construção do modelo econométrico que objetiva estimar o impacto do piso salarial dos docentes sobre o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) dos municípios baianos.

### 4.1 DESCRIÇÃO DOS DADOS

Esta parte apresenta uma breve descrição dos dados que foram utilizados para explicar a variável dependente IDEB, sendo a principal o piso salarial e as demais são: professor, aluno, escola, PIB, PIB per capita para os anos de 2007, 2009 e 2011. Os dados foram obtidos no site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A amostra apresenta 1.247 observações (TABELA 3) para os três anos a serem analisados e é composta do IDEB dos anos finais dos municípios da rede estadual, municipal e federal da área urbana.

Tabela 3- Piso Salarial e IDEB do Estado da Bahia por ano -2007,2009 e 2011.

<b>Ano</b>	<b>Total de Municípios</b>	<b>Piso Salarial</b>	<b>IDEB Bahia</b>	<b>Desvio Padrão IB</b>
<b>2007</b>	417	*	2,8	0,5656
<b>2009</b>	417	950,00	2,9	0,4846
<b>2011</b>	417	1.187,14	3,1	0,7675

Fonte: Elaboração própria, 2015 com dados do BRASIL, 2015

\* A lei não havia sido elaborada.

A Tabela 3 apresenta os valores do Piso salarial que tem sido maior em relação ao salário médio das remunerações mensais de todos os trabalhadores ocupados no estado, sendo observado que a remuneração paga no Estado aos trabalhadores pode ser baixa ou estar concentrada nas mãos de poucos indivíduos.

Com relação ao IDEB do estado, observa-se que a qualidade do ensino nas etapas finais do ensino fundamental tiveram melhoras em todos os anos. Em 2011, o indicador obteve aumento de 0,2% e 0,1% em 2013. Os desvios padrões tem sido heterogêneo e teve uma redução no ano de 2009.

Em relação às variáveis que compõe o IDEB conforme apresentado na tabela 4, observa-se que o aprendizado dos alunos em média se reduziu nos anos analisados e o fluxo escolar (aprovação) não se mostrou heterogêneo. Outro fator que pode impactar nessas variáveis o tamanho médio da turma teve um aumento de 2007 a 2009 de 3,6 e redução em 2011 correspondente a 8,1.

Tabela 4: Variáveis do IDEB e Tamanho médio da turma da Bahia

Ano	Aprendizado (média)	Fluxo (média)	Tamanho da turma (média)
2007	4,0	0,70	31,8
2009	3,375	0,72	35,4
2011	3,990	0,74	27,3

Fonte: Elaboração própria, 2015 com base em BRASIL, 2015 ; MERRIT, 2015

A Tabela 5 apresenta as variáveis componentes do banco de dados relacionados ao âmbito escolar por categoria e ano. A infraestrutura melhorou nas escolas com maior presença de recursos como de laboratório de informática e ciência, quadra de esporte, sala de professor, numero de salas existentes e biblioteca.

Tabela 5: Frequência de variáveis selecionadas por ano e categoria de seleção

Ano	Total de escolas (média)	Infraestrutura (média)	Professor (média)	Alunos
2007	4,2	Laboratório de informática (11,1)	Nível superior (14,3)	Idade (média) (15,0)
		Laboratório de ciências (15,0)		Feminino (52,4)
		Quadra de esporte (16,4)		Negro (32,7)
		Biblioteca (18,1)		
2009	4,3	Laboratório de informática (20,8)	Nível superior (38,9)	Idade (média) (14)
		Laboratório de ciências (15,4)		Feminino (50,2)
		Quadra de esporte (17,6)		Negro (35)
		Biblioteca (20)		
2011	4,2	Laboratório de informática (27,1)	Nível superior (42,2)	Idade (média) (13,9)
		Laboratório de ciências (14,3)		Feminino (50,2)
		Quadra de esporte (17,0)		Negro (35,9)
		Biblioteca (20)		

Fonte: Elaboração própria , 2015 baseado em BRASIL, 2007/2009/2011

A Tabela 6 apresenta os principais fatores socioeconômicos que podem contribuir para a qualidade da educação nos municípios baianos, a partir da variável PIB per capita.

Tabela 6- PIB per capita médio dos Municípios baianos

Ano	PIB per capita municipal (média)
<b>2007</b>	5.137
<b>2009</b>	6.225,33
<b>2011</b>	7.309,99

Fonte: Elaboração própria, 2015 baseado em BRASIL 2016 com dados do IBGE 2007/2009/2011

A tabela 7 apresenta o índice Firjan em educação que engloba variáveis do ensino fundamental, tais como: distorção idade série, abandono, docentes com ensino superior, media de horas aula diária. Além do Firjan saúde que analisa o numero de consultas pré-natal, óbitos por causas mal definidas e infantis por causas evitáveis e internação sensível a atenção básica (ISAB).

Tabela 7: IFDM Saúde e Educação

<b>Ano</b>	<b>IFDM Saúde (média)</b>	<b>IFDM Educação (média)</b>
<b>2007</b>	0,41	0,38
<b>2009</b>	0,46	0,45
<b>2011</b>	0,53	0,48

Fonte: Elaboração própria, 2015 baseado em IFDM com dados do sistema FIRJAN, 2016

Em síntese observou-se que o IDEB em âmbito estadual teve aumentos ao longo dos anos, sendo mesmo para as variáveis relacionadas à infraestrutura escolar. Na próxima seção será descrita o método adotado para a estimação.

#### 4.2 MÉTODO DE INVESTIGAÇÃO

O método de Dados em Painel constitui na análise de um mesmo conjunto de dados (família, cidade, município, política governamental) em um período ao longo do tempo, que podem ser originários de um mesmo espaço geográfico. Esses dados englobam fatores constantes e variáveis ao longo do tempo. Sendo uma alternativa a separação desses fatores com a inserção da variável  $\alpha_i$  que representa todos os fatores constantes denominada de efeito fixo compondo o modelo de efeito fixo:

$$y_{it} = \beta_0 + \delta_0 d_{2t} + \beta_1 x_{it} + \alpha_i + u_{it} \quad (1)$$

A variável  $y_{it}$  representa o conjunto de dados analisados  $i$  no período  $t$ ,  $x_i$  as variáveis explicativas do modelo e  $u_{it}$  os fatores não observados que mudam ao longo do tempo denominado de erro idiossincrático. A variável de efeito fixo  $\alpha_i$  apresenta correlação com as variáveis explicativa do modelo, sendo necessário para estimar parâmetros consistentes o controle ou a retirada do efeito fixo. A segunda opção é feita através da

transformação interna com a redução dos dados temporais provenientes da diferenciação das variáveis do modelo anterior e a sua variável média. Wooldridge (2006)

$$\dot{y}_{it} = \beta_1 \dot{x}_{it} + \dot{u}_{it} \quad (2)$$

As variáveis  $\dot{y}_{it}$ ,  $\dot{x}_{it}$  e  $\dot{u}_{it}$  constituem nos dados temporais reduzidos de  $y$ ,  $x$  e  $u$ . Outro modelo utilizado em dados em painel é o de efeito aleatório que atribui ausência de correlação entre a variável  $\alpha_i$  e as variáveis explicativas.

$$\text{Cov}(x_{itj}, \alpha_i) = 0 \quad (3)$$

A escolha do modelo a ser utilizado deve considerar a correlação ou não da variável de efeito fixo, mas torna-se necessário para não incorrer em erros realizar a estimação dos dados a partir dos dois métodos e o teste de Hausman essencial para rejeitar a hipótese de geração de parâmetros mais consistentes no modelo de efeito aleatório, a partir de  $X^2$  ( $\text{Prob} > \chi^2$ ) = 0 (FÁVERO, 2014).

As principais vantagens desse método de investigação é a possibilidade de controle da heterogeneidade individual, a avaliação da evolução da política governamental, menor colinearidade entre as variáveis, maior número de graus de liberdade e maior eficiência na estimação (FÁVERO, 2014).

#### 4.3 MODELO ECONOMETRICO

Para analisar o efeito do Piso salarial no IDEB dos anos finais do ensino fundamental, utilizouse o modelo:

*IDEB = f (ano, piso, Professor de nível Superior, Matricula de alunos do gênero feminino, Tamanho médio da turma, Matricula de alunos negros, Idade média, Numero de escolas, Laboratório de Informática, Laboratório de Ciências, Biblioteca, Quadra de Esportes, PIB per capita, IFDM Saúde, IFDM Educação)*

A variável IDEB representa o indicador de qualidade da educação, piso salarial é uma *dummy*, que assume o valor igual a 1 se o professor recebe e 0 para os não

contemplados . As outras variáveis independentes utilizadas são: Professor de nível Superior, que é uma *dummy* que se o professor possuir nível superior o valor é igual a um e zero para nível médio; Matrícula de alunos do gênero feminino, que representa o percentual de alunos do gênero feminino; Matrícula de alunos negros, que representa o numero de alunos negros; Idade media; turma, que constitui na média de alunos por turma; Numero de escolas; que representa numero médio de escolas, Laboratório de Informática; Laboratório de Ciências; Biblioteca; Quadra de Esportes; PIB per capita, IFDM saúde e Educação.

Tabela 8- Descrição das variáveis

Variáveis	Descrição	Nº de observações	Media	Desvio padrão	Min	Max
IDEB	IDEB dos municípios baianos.	1.247	3,0	0,1527	0	10
Piso	Piso Salarial Se recebe o Piso Salarial= 1	1.247	1.234,71	311,23	0	1
Superior por município	Percentual de Professor de nível Superior.	1.247	40,13	28.429.408	0	100
Matricula de alunos do gênero feminino	Percentual de alunos do gênero feminino.	1.247	50.967.640	17.811.08	0	100
Tamanho médio da turma	Média de alunos por turma	1.247	29,77	8,35	11	60
PIB per capita	PIB per capita municipal (mil)	1.247	6306	13.610	1	10
Matr _ negros	Percentual de Matrícula de alunos negros, se negros=1	1.247	34.881.316	23.878.942	0	100
Idade media por escola	Idade media dos alunos	1.247	14.260.351	4.819.163	14	21

Continua

Tabela8-Descrição das variáveis

## Conclusão

Variáveis	Descrição	Nº de observações	Media	Desvio padrão	Min	Max
Num_escolas	Numero médio de escolas	1.247	4,28	12,08	0	30
Laboratório_Informática	Percentual de escolas com Laboratório de Informática	1.247	21,51	24,81	0	100
Laboratório_Ciências	Percentual de escolas com Laboratório de Ciências	1.247	14,55	26,74	0	100
Biblioteca	Percentual de escolas com Biblioteca	1.247	19,41	22,02	0	100
Quadra_Esportes	Percentual de escolas com Quadra de Esportes	1.247	16,86	21,96	0	100
IFDM Educação	Índice Firjan de Educação.	1.247	0,47	0,09	0	1
IFDM Saúde	Índice Firjan de Saúde.	1.247	0,44	0,13	0	1

Fonte: Elaboração própria, 2015 BRASIL, 2016; IBGE 2007/2009/2011

#### 4.4 RESULTADOS

Para analisar o impacto do piso salarial no IDEB dos anos finais do ensino fundamental foi estimado o modelo de efeitos fixos e aleatórios com o objetivo de escolher o que ofereça estimadores consistentes a partir do resultado do teste de Hausman. O resultado das estimações é apresentado na Tabela 9.



Tabela 9- Resultado das estimações

Variável dependente: IDEB		
Variáveis Independentes	Efeitos Aleatórios	Efeito fixo
Piso	0,019 (0.52)	0,069*** (1.51)
Matricula de alunos do gênero feminino	-0,001 (-0.72)	0,001 (0.52)
Matricula de alunos negros	-0,001*** (-2.00)	-0,001 (-0.74)
Idade media	-0,068* (-4.16)	-0,007 (-0.33)
Numero de escolas	-0,001 (-0.82)	-0,019 (-0.83)
Professor de nível Superior	-0,003* (-4.39)	-0,001 (-0.98)
Laboratório de Informática	-0,0007 ( -0.84)	-0,002* ( -1.81)
Laboratório de Ciências	0,0007 ( 0.35)	0,002 ( 0.78)
Biblioteca	0,001 ( 1.05)	-0,0003 ( -0.26)
Quadra de Esportes	0,002*** ( 2.24)	0,002 ( 1.15)
Tamanho médio da turma	-0,002*** (-1.98)	-0,0004 (-0.28)
PIB per capita	1.02 (0.46)	8.49 (0.38)
IFDM Educação	1.98** (8.90)	1.98* (5.64)
IFDM Saúde	-0,109 (-0.85)	0,040 (0.22)
Constante	3.39*** (9.87)	2.11* (4.61)
N	1247	1247
R-sq	Within= 0.0682 Between= 0.2596 Overall= 0.1711	Within= 0.0867 Between= 0.0560 Overall= 0.0574
F		2.08

Fonte: Elaboração própria, 2016 ; BRASIL, 2016 ; IBGE, 2016

Nota: \* significativa a 1%, \*\*significante a 5%, \*\*\*significante a 10%. A estatística t encontra-se entre parêntese.

O modelo de efeito fixo se mostrou a melhor escolha após a estimação das variáveis e a realização do teste de Hausman ter o valor de sig.  $\chi^2 = 0$ .

Figura 1: Teste de Hausman

	— Coefficients —			
	(b) fe	(B) re	(b-B) Difference	sqrt(diag(V_b-V_B)) S.E.
piso	.0692983	.0198297	.0494685	.0255284
matr_femin-n	.0014912	-.0017207	.0032119	.0015807
matr_negro-n	-.0010537	-.0016623	.0006086	.0011527
idade_medi-n	-.0071451	-.0684793	.0613342	.0142444
superior_p-o	-.0010105	-.0030111	.0020006	.000765
num_escolas	-.0191457	-.0013911	-.0177546	.0229819
ID_LAB-A_pgt	-.0020631	-.0007487	-.0013144	.000708
ID_LAB-S_pgt	.0027707	.000789	.0019817	.0027436
ID_BIBLIOT-t	-.0003865	.0010312	-.0014177	.0011538
ID_QUADRA-t	.0022732	.0027555	-.0004823	.0015415
tamanho_md-a	-.0004004	-.0024342	.0020337	.0007081
PIB_per-2015	8.49e-11	1.02e-10	-1.75e-11	3.13e-11
ifdmeduc	1.988171	1.980778	.007393	.2731719
ifdmsaude	.0406516	-.1091682	.1498198	.1306747

b = consistent under Ho and Ha; obtained from xtreg  
 B = inconsistent under Ha, efficient under Ho; obtained from xtreg

Test: Ho: difference in coefficients not systematic

chi2(13) = (b-B)'[(V\_b-V\_B)^(-1)](b-B)  
 = 45.89  
 Prob>chi2 = 0.0000  
 (V\_b-V\_B is not positive definite)

Fonte: Elaboração própria no Stata v.13, 2016 ; BRASIL, 2016 ; IBGE, 2016

A variável *piso* apresentou sinal positivo nas duas estimações, aumentando em 1,9% (efeito fixo) e 6,9% (aleatório) o IDEB, a explicação pode ser que a política tende a contribuir para elevar o indicador e a ausência de outras variáveis que retire o impacto do piso, tornando-o menos significativo.

A variável *matricula de alunos do gênero feminino* apresentou sinal negativo apenas no modelo de efeito aleatório, provocando a redução do IDEB em 0,001, indicando que o desempenho de alunos do sexo feminino tende a ser menor que do gênero masculino.

A variável *numero de escolas* indicou que o aumento de instituições de ensino tende a reduzir a nota do IDEB. A explicação pode ser que a expansão das escolas não esteja sendo acompanhada por melhores condições de infraestrutura e recursos pedagógicos.

A variável *professor de nível superior* apresentou sinal negativo nas duas estimações de, reduzindo em 0,001 (efeito fixo) e 0,003 (efeito aleatório) o IDEB, demonstrando que o aumento do nível de escolaridade do professor pode até certo ponto não acrescentar mais para a melhora da aprendizagem dos estudantes.

A variável *tamanho médio da turma* apresentou sinal negativo que era esperado nas duas estimações e não significativa, decorrente de diversos estudos apontarem os efeitos negativos que o tamanho da turma pode ter com a presença do efeito dos pares e o próprio número de estudantes. O IDEB é reduzido em 0,0004 (efeito fixo) e 0,002 (efeito aleatório) com o aumento de estudantes na turma.

A variável *PIB per capita* apresentou sinal positivo nas duas estimações, aumentando IDEB em 1,02 (efeito aleatório) e 8,49 (efeito fixo). A explicação pode ser a não inserção de outras variáveis que retire a significância e mude o sinal da variável.

Em relação ao índice de desenvolvimento municipal, observou-se o sinal positivo nas duas estimações para a variável *IFDM educação* e o coeficiente permaneceu constante de 1,98. A variável *IFDM saúde* apresentou sinal negativo apenas na estimação de efeito aleatório, reduzindo o IDEB em 0,109.

As outras variáveis não tiveram impacto significativo no IDEB, sendo observado o sinal negativo nas variáveis: *laboratório de informática*, *matricula de alunos negros*, *idade média*. A redução do indicador com a presença de alunos negros pode ser decorrente dos fatores socioeconômicos.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho monográfico fez uma análise do impacto da implementação do piso salarial dos professores da educação básica no Índice de desenvolvimento da educação básica (IDEB) dos municípios baianos, a partir dos anos finais do ensino fundamental.

O primeiro capítulo constituiu na apresentação do referencial teórico a partir da exposição da educação na disciplina de economia e sua importância para a sociedade, os programas educacionais implementados no Brasil, além da apresentação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). A qualidade da educação tem sido um dos temas centrais das discussões educacionais no Brasil, devido a grande importância para o desenvolvimento econômico e social a partir das suas externalidades. Sendo um dos principais elementos constituintes do processo educacional os professores, que foram o público alvo da instituição do piso salarial nacional pelo governo.

O piso salarial nacional para o magistério representou uma das formas de valorizar a categoria profissional, que não é muito atrativa para os jovens. A política foi implementada em 2009 através da lei 11.738, que estabeleceu para esse ano o valor de R\$950,00 para os professores de nível médio, a ser ajustado em janeiro de cada ano. Na literatura os fatores escolares, principalmente os professores tem sido atribuído pouca significância em relação a outras variáveis.

No segundo capítulo realizou-se a discussão sobre o ensino fundamental no estado da Bahia e seus indicadores educacionais. O cenário educacional no estado ainda tem apresentado muitas carências, apesar dos avanços obtidos com as políticas implementadas. A partir das informações apresentadas torna-se importante analisar o impacto da política salarial no indicador de qualidade.

Os resultados da estimação indicaram que o piso salarial contribuiu para a elevação do indicador em 0,069 que pode estar associado a ausência de outras variáveis que retire o impacto do piso, tornando-o menos significativo. Mas observou-se que as variáveis

relacionadas ao índice de desenvolvimento municipal apresentaram sinais contrários nas estimativas, o *IFDM educação* teve impacto positivo e o *IFDM saúde* impacto negativo apenas na estimação de efeito aleatório.

Outro fato observado é que os professores de nível superior tende a contribuir para a redução da nota do IDEB em 0,001. As variáveis relacionadas aos alunos como *gênero feminino* e ser *negro* apresentou sinal negativo, reduzindo o IDEB em 0,001. Os fatores econômicos como *PIB per capita* apresentaram coeficiente expressivo na estimação de efeito fixo de 8,49. A partir dessas considerações deve-se observar que os resultados seriam diferentes ao analisar os anos iniciais do ensino fundamental público da Bahia.

Além das variáveis analisadas podem existir outras variáveis que influenciem o desempenho dos alunos, mas que não foram abordados nesse trabalho como a escolaridade dos pais, devido serem atribuído maior atenção no andamento dos estudos dos alunos por mãe e pai com nível de escolaridade elevada.

Em síntese o trabalho buscou inferir a relação de uma variável que está relacionado ao principal fator de geração de ensino nas escolas públicas o professor, sendo um estudo que objetiva contribuir para futuras pesquisas correlacionadas com o tema, que provoque a evolução das discussões no campo educacional e gere políticas eficazes na melhora da qualidade do ensino.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Cristiane da Conceição Gomes de. Políticas de valorização do magistério público municipal na Bahia e seus impactos sobre o trabalho docente. In: CUNHA, MC. (Org.). **Gestão educacional nos municípios: entraves e perspectivas** [online]. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 263-283.
- ALVES, Fátima. Políticas educacionais e desempenho escolar nas capitais brasileiras. **Cadernos de pesquisa**, v.38, p.413-440, maio/ago.2008.
- BAHIA. **Revista Educação Bahia 2010**. Salvador, v. 1, n.1, 2010. 150p.
- BAHIA. **Revista Educação Bahia 2014**. Salvador, v. 5, n.5, 2014. 150p.
- BRASIL. **Decreto-lei n. 11.738, de 16 de julho de 2008**. Estabelece o Piso Salarial Nacional do Magistério. Planalto Federal, Planalto federal, Brasília, 2008. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111738.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111738.htm)>. Acesso em: 07 dez. 2014 a.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Piso salarial dos docentes**. Disponível em: <[portal.mec.gov.br](http://portal.mec.gov.br)>. Acesso em: 05 dez. 2015.
- \_\_\_\_\_. **Microdados do censo escolar**. Disponível em: <[portal.mec.gov.br](http://portal.mec.gov.br)>. Acesso em: 23 de maio 2016.
- BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Metodologia utilizada para o estabelecimento das metas intermediárias para a trajetória do IDEB no Brasil, Estados, Municípios e Escolas**. Brasília, 2009.
- \_\_\_\_\_. **Censo escolar da educação básica 2012**: resumo técnico. Brasília, 2013. 42p.
- \_\_\_\_\_. **Censo escolar da educação básica 2013**: resumo técnico. Brasília, 2014 b. 42p.
- \_\_\_\_\_. **Censo escolar da educação superior 2013**: resumo técnico. Brasília, 2014 c. 82p.
- BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). **Programas**. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br> //>. Acesso em: 05 dez. 2014 d.
- BRASIL. Secretaria de Orçamento Federal. **Orçamento federal ao alcance de todos: Projeto de Lei Orçamentária Anual - PLOA 2014**. Brasília, 2013. Disponível em: <[http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/sof/publicacoes/Revista\\_OFAT\\_2014.pdf](http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/sof/publicacoes/Revista_OFAT_2014.pdf)>. Acesso em: 07 dez. 2014 e.

CADAVAL, Audrei Fernandes. **Qualidade da educação fundamental e sua relação com o crescimento econômico.** 2010. 213 f. Tese (Doutorado em Economia) - Faculdade de Ciências Econômicas, UFRS, Porto alegre, 2010.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional:** lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 5. ed. Brasília: Coordenação Edições Câmara, 2010.

CAMELO, Rafael de Sousa; KASMIRSKI, Paula Reis; TAVARES, Priscila Albuquerque. **A falta faz falta? Um estudo sobre o absenteísmo dos professores da rede estadual paulista de ensino e seus efeitos sobre o desempenho escolar.** São Paulo: USP, 2009.

CASTRO, Rosana de Freitas. Fatores associados ao desempenho escolar na 4º série do ensino fundamental. In: LORDÊLO, JAC.; DAZZANI, MV.( Orgs.). **Avaliação educacional:** desatando e reatando nós [online]. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 265-295.

COSTA, Jean Mário Araújo. A proposta de municipalização do ensino nos anos 1990 e seus impactos nas relações entre entes federados. In: CUNHA, MC. (Org.). **Gestão educacional nos municípios:** entraves e perspectivas [online]. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 119-163.

CUNHA, MC. (Org.). **Gestão educacional nos municípios:** entraves e perspectivas [online]. Salvador: EDUFBA, 2009. 366p.

DAZZANI, Maria Virginia; FARIA, Marcelo. Família, Escola e desempenho acadêmico. In: LORDÊLO, JAC. ; DAZZANI, MV. (Orgs.). **Avaliação educacional:** desatando e reatando nós [online]. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 249-264.

FÁVERO, Luiz Paulo. **Métodos quantitativos com stata:** procedimentos, rotinas e análise de resultados. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

FELICIO, F.; VASCONCELOS, L. O efeito da educação infantil sobre o desempenho escolar medido em exames padronizados. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE CENTROS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA, 35., 2007. Recife. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPEC, 2007. p. 1-22.

FERNANDES, Reynaldo. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB):** metas intermediárias para a sua trajetória no Brasil, estados, municípios e escolas. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, 2007.

FERNANDES, Reynaldo; GREMAUD, Amaury. **Qualidade da educação:** avaliação, indicadores e metas. Brasília: INEP, 2009.

FREITAS, Katia Siqueira. Gestão da educação: a formação em serviço como estratégia de melhoria da qualidade do desempenho escolar. In: CUNHA, MC. (Org.). **Gestão educacional nos municípios:** entraves e perspectivas [online]. Salvador: EDUFBA, 2009. p.166-195.

GATTI, Bernardete Angelina; BARRETO, Elba Siqueira de Sá. Carreira e salário de docentes da educação básica. In: \_\_\_\_\_. **Professores do Brasil: impasses e desafios**. Brasília: UNESCO, 2009. 294p.

\_\_\_\_\_. O cenário da profissão docente. In: \_\_\_\_\_. **Professores do Brasil: impasses e desafios**. Brasília: UNESCO, 2009. 294p.

GATTI, Bernardete Angelina; BARRETO, Elba Siqueira de Sá; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo de Afonso. Perspectiva de carreira e profissionalismo docente. In: \_\_\_\_\_. **Política docente no Brasil: um estado da arte**. Brasília: UNESCO, 2011. 295p.

GOUVEIA, Andréa Barbosa *et. al.* Condições de trabalho docente, ensino de qualidade e custo aluno-ano. **Revista Brasileira de Política e administração da Educação (RBP AE)**, Rio Grande do Sul, v.22, n.2, p.253-276, jul./dez. 2006.

IBGE. **PIB per capita**. Disponível em : <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 23 maio 2016.

IFDM. Sistema Firjan. **IFDM educação e saúde**. Disponível em : <<http://www.firjan.com.br/>>. Acesso em: 03 jun. 2016.

MERITT- Consultoria Educacional. **Censo Escolar**. Disponível em: <<http://www.qedu.com.br/>>. Acesso em: 10 mar. 2015.

MERRIT. Portal QEDU. **IDEB dos municípios baianos dos anos finais do ensino fundamental**. Disponível em: <<http://www.qedu.org.br/>> . Acesso em : 10 mar. 2015.

MINCER, Jacob. **Human capital and economic growth**. Massachusetts Avenu: National Bureau of Economic Research. nov. 1981.

OLIVEIRA, Maria Neusa de. A gestão descentralizada da educação no estado da Bahia: a proposta de municipalização do ensino fundamental. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 29., 2006, Caxambu. **Anais...** Salvador: Grupo de Trabalho de Estado e Política Educacional da UESC, 2006. p.1-14.

PIRES, Valdemir. **Economia da educação para além do capital humano**. São Paulo: Cortez, 2005. 142p.

PROQUE, Andressa Lemes; VECCHIA, Daiana Dalla. Impacto do investimento público direto sobre o desempenho escolar no período de 2007 a 2011. **Revista Conjuntura e Planejamento**, v.183, p. 37-47, abr./ jun. 2014.

SCHULTZ, Theodore William. Investment in human capital. **The American Economic Review**, v. 51, n. 1, p. 1-17, 1961.

SILVA, Antônia Almeida. As políticas públicas para educação na Bahia nos anos 90: entre a continuidade e o aprimoramento dos marcos operacionais do estado. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 28, p.239 –257, dez. 2007.



TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Anuário brasileiro da educação Básica 2014**. São Paulo: Moderna, 2015. 156 p.

TORRES, Stefanie Eskereski. **A eficiência das escolas públicas da rede soteropolitana**: considerações a partir da análise envoltória de dados (DEA). 2013. 183f. Dissertação (Mestrado em Economia)- Faculdade de Economia, UFBA, Salvador, 2013.